



PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Controladoria Geral do Município

FORMULÁRIO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO

Registro de Preço - Lei nº 14.133/2021

Versão do formulário:	1.0	Data de atualização:	05.05.2026	Folha:	6 Páginas
Nome da Demandante:	Secretaria Municipal de Educação	Responsável pela checagem:	João da Cruz	Tipo de procedimento:	RP nº. 001/2026
Processo administrativo:	0001/2026	Unidade/Setor:	Contratos e Licitações	Data da checagem:	01/01/2026

Orientação de preenchimento: assinalar apenas uma opção por item, conforme a documentação existente no processo administrativo. O campo “Não se aplica” deve ser utilizado quando a exigência não incidir sobre o caso concreto.

Aspectos gerais pertinentes à adesão à ata de registro de preços: A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para adesão às atas de registro de preços.

Ord	Item	Atende	Não se aplica	Observação
1	Houve abertura de processo administrativo? <i>“os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”</i>	☐	☐	
2	Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa conforme o art. 12, VI, da Lei 14133/21?	☐	☐	
3	Consta documento de formalização de demanda? <i>O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos.</i>	☐	☐	
4	Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	☐	☐	
5	Foi certificado que objeto da contratação está compatível com as leis orçamentárias e PPA? <i>Art. 18 da Lei 14133/21</i>	☐	☐	
6	Há Estudo Técnico Preliminar? <i>Art. 18, §1º, da Lei 14133/21</i>	☐	☐	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Controladoria Geral do Município

Ord	Item	Atende	Não se aplica	Observação
7	O estudo técnico preliminar contém as informações que bem caracterizam a contratação, tais como o quantitativo demandado e o local de entrega do bem ou de prestação do serviço, conforme art. 11, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 81/2022? <i>Ressalte-se que, nos termos do art. 11, caput, da IN SEGES ME nº 81/2022, a elaboração do termo de referência é “dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas adesões a atas de registro de preços e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos”.</i>	☐	☐	
8	Foi apresentada justificativa da vantagem da adesão? <i>A lei admite adesão inclusive para provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público (art. 86, §2º, I, da Lei n. 14.133/2021).</i>	☐	☐	
9	Os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado (art. 86, §2º, II, da Lei n. 14.133/2021)?	☐	☐	
10	O fornecedor aceitou o pedido de adesão (art. 86, §2º, III, da Lei n. 14.133/2021 e art. 31, III, § 1º, do Decreto n. 11.462/2023)? <i>A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.</i>	☐	☐	
11	Houve aceitação da adesão pelo órgão ou entidade gerenciadora?	☐	☐	
12	A ata a que se pretende aderir é gerenciada por órgão ou entidade da Administração Pública federal ou estadual? <i>art. 86, §8º, da Lei n. 14.133/2021</i>	☐	☐	
13	Foi observado o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes? <i>(art. 86, §4º, Lei n. 14.133/21)</i>	☐	☐	
14	A adesão será formalizada dentro do prazo de 90 dias, contado da autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata? <i>Em caso de necessidade de prorrogação desse prazo de 90 dias, deverá ser obtida a autorização do órgão ou entidade gerenciadora.</i>	☐	☐	
15	A contratação foi formalizada por instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil?	☐	☐	
16	O instrumento que será adotado será firmado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços?	☐	☐	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Controladoria Geral do Município

Ord	Item	Atende	Não se aplica	Observação
17	Consta dos autos as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa? <i>Art. 72, V, da Lei 14133/21. Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo." A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes: a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).</i>	☐	☐	
18	O procedimento licitatório aderido atende os requisitos mínimos dispostos na lei de licitações?	☐	☐	

Observações: _____

Assinatura do responsável pela checagem

Assinatura do responsável pela checagem